



**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil n. 06.2018.00002801-4**

***Ementa:** Dano ambiental contra flora, vegetação nativa secundária do bioma Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, em estágio médio regeneração, em área de 2100 m².*

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0005/2019/02PJ/XXÊ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Doutor Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e a Sociedade Porvir Científico, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 92.741.990/0001-37, situada Linha Santa Terezinha, Km 8, interior do Município de Xanxerê/SC, representado por seu administrador o Senhor Anibal Thiele, brasileiro, professor e diretor escolar, CPF n. 223.838.750-15, residente e domiciliado na Linha Santa Terezinha, Km 8, interior do Município de Xanxerê (SC), doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS** consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da lei Complementar Estadual n. 197/2000, arts. 25 à 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade



prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, II e 225, todos da Constituição Federal, e os princípios gerais do direito ambiental da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, do direito à sadia qualidade de vida e da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público;

**CONSIDERANDO** que as florestas têm função primordial na manutenção do ciclo hídrico, no equilíbrio climático e na conservação da biodiversidade;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público tem papel preponderante na proteção e recuperação do meio ambiente, além da defesa da ordem jurídica, incluídos o acompanhamento e fiscalização dos Registros Públicos;

**CONSIDERANDO** o objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente que é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com o equilíbrio ambiental essencial à sadia qualidade de vida;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei 11.428/06 conceitua Bioma da Mata Atlântica como "as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste", ([Vide Decreto nº 6.660, de 2008](#));

**CONSIDERANDO** o Auto de Infração Ambiental 10039-D, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o qual descreve a supressão de vegetação nativa secundária do bioma Mata Atlântica, Floresta Ombrófila



Mista, em estágio médio de regeneração, em área de 2100 m<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de restauração da área degradada;

E, por fim, **CONSIDERANDO** o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

**RESOLVEM:**

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**TÍTULO I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA 1ª** - Este TERMO tem como objeto a recuperação de uma área degradada de 2100m<sup>2</sup>, por meio de elaboração de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD a ser realizado a partir de ação corretiva, além de medida compensatória, em razão de supressão da vegetação nativa secundária do bioma Mata Atlântica, Floresta Ombrófila, em estágio médio regeneração, situada na propriedade do **COMPROMISSÁRIO** que foi por ele destruída ao realizar corte.



## **TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES**

### **Capítulo I**

### **DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA 2ª - O COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer consistente em realizar e implementar na área degradada referida no Auto de Infração Ambiental n. 10039-D – um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, acompanhado de ART, que deve buscar, a partir de ação corretiva, restaurar o Bioma Mata Atlântica, com retorno às condições existentes antes das intervenções, sujeito à aprovação da Secretaria Municipal de Políticas Ambientais, com envio de cópia a esta Promotoria de Justiça, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, devendo conter no mínimo:

- a) recuperação da vegetação, com o plantio de mudas nativas típicas da região, em quantidade suficiente para a cobertura da área degradada;

**CLÁUSULA 3ª - O COMPROMISSÁRIO** se compromete na obrigação de fazer, consistente em providenciar as devidas alterações no Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD caso, sujeitando-o novamente ao órgão ambiental, Secretaria Municipal de Políticas Ambientais, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da ciência do indeferimento**;

**CLÁUSULA 4ª – O COMPROMISSÁRIO** se compromete na obrigação de fazer, consistente em informar a esta Promotoria de Justiça a data do deferimento ou indeferimento do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, **no prazo de 10 (dez) dias**, contados a partir da data de sua avaliação pela Secretaria Municipal de Políticas Ambientais. Tal informação poderá ser



realizada por meio eletrônico via e-mail: xanxere02pj@mpsc.mp.br.

**CLÁUSULA 5ª – O COMPROMISSÁRIO** se compromete na obrigação de fazer consistente na execução do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, **no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da aprovação pela Secretaria de Políticas Ambientais Municipal.**

### Capítulo II

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO - COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIA**

**CLÁUSULA 6ª - O COMPROMISSÁRIO**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo valor será revertido 50% (cinquenta por cento) ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) e 50% em favor da Polícia Militar Ambiental, por meio de depósito na conta PMSC Convênio Ministério Público Polícia Militar Ambiental, banco n. 104, agência n. 1877, operação n. 006, conta n. 098-2.

**Parágrafo único** – Para comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia dos comprovante(s) de pagamento em até 10 (e) dias após a data de pagamento.

### TÍTULO III – DAS CLÁUSULAS PENAIIS

**CLÁUSULA 7ª** – Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerão o **COMPROMISSÁRIO** em multa, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de



execução específica das obrigação assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

I – Pelo **descumprimento** da **cláusula 2ª** do presente TERMO, incorrerá a o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), reajustado pelo INPC;

II - Pelo **descumprimento** das cláusula 3ª e 4ª do presente TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), reajustado pelo INPC;

III – Pelo **atraso** dos prazos estipulados na **cláusula 5ª**, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias (termo final).

**Parágrafo Único** – A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

**CLÁUSULA 8ª** - Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

**CLÁUSULA 9ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 10ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.



## **TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 11ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**CLÁUSULA 12ª -** As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 6 (seis) laudas, em 2 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e e art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe os art. 48, II, e art. 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Xanxerê, 16 de janeiro de 2019.

**Anibal Thiele**  
**Sociedade Porvir Científico**  
Compromissário

**Marcos Augusto Brandalise**  
**Promotor de Justiça**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MINISTÉRIO PÚBLICO



---

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XANXERÊ

Celito Pandolfi Junior  
Assistente de Promotoria  
Testemunha

Laura Lunardi  
Técnica do Ministério Público  
Testemunha